

Seminário
Avanços e desafios no uso do conceito de gênero nos estudos populacionais

Organização:

GT População e Gênero da ABEP
Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE)

Participação:

GT População e Trabalho da ABEP

Comissão Organizadora:

Kátia Cibelle Machado Pirotta - IS/SESSP
Moema de Castro Guedes - UCAM/RJ
José Eustáquio Diniz Alves – ENCE/IBGE
Frederico Luiz Barbosa de Melo – DIEESE e UNA-BH
Glaucia Marcondes - UFBA

Data: 22 e 23 de outubro de 2009

Local: ENCE – Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Rua André Cavalcanti, 106, Bairro Santa Teresa, Rio de Janeiro/RJ

Relatoria do seminário:

Glaucia Marcondes
Angelita Alves Carvalho

Mesa de Abertura

José Marcos Pinto da Cunha (Presidente da ABEP) abriu o evento dando boas-vindas aos participantes e destacando a relevância do tema do seminário e sua crescente importância nas discussões demográficas. O presidente parabenizou a coordenação do GT de Gênero e os organizadores do evento pela iniciativa e o trabalho realizado para a concretização do seminário. Agradeceu igualmente a acolhida da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) que cedeu o espaço para a realização do seminário, assim como a colaboração dos expositores convidados e a presença dos demais participantes. Ao término de sua fala desejou sucesso ao evento e que as discussões fossem produtivas e inspiradoras para a agenda de atividades do próximo Encontro da ABEP.

No seguimento **Maysa Magalhães** (Coordenadora de Pós-Graduação da ENCE) na qualidade de representante institucional da ENCE deu boas vindas aos participantes do

seminário e agradeceu aos organizadores pela escolha da Escola como sede do evento, possibilitando aproximar as instituições envolvidas e também dando oportunidade aos alunos da ENCE de conhecer e participar de um evento com um tema que está presente em algumas das linhas de pesquisa e de trabalhos desenvolvidos por alunos e professores da instituição. A coordenadora desejou um evento produtivo para todos os participantes e que a ENCE conseguisse satisfazer as necessidades e expectativas dos organizadores para a realização do evento.

A coordenadora do GT População e Gênero **Kátia C. M. Pirotta** saudou os presentes e agradeceu o grande apoio e envolvimento na organização do evento de Moema de Castro Guedes (vice-coordenadora do GT) e de José Eustáquio Diniz Alves, assim como a importante cooperação de Frederico Luiz Barbosa de Melo, coordenador do GT de Trabalho. Agradeceu à ABEP pelo apoio e auxílios recebidos para a concretização do evento e também fez seus agradecimentos aos expositores por terem aceitado o convite e aos participantes que enviaram seus trabalhos em tão curto espaço de tempo. A coordenadora destacou que a principal motivação do seminário foi incentivar um debate sobre os usos do conceito de gênero promovendo a interlocução entre várias áreas de conhecimento das ciências humanas, uma idéia que é coerente com a própria história do GT que já completa seus 18 anos de existência. A coordenadora também ressaltou a importância dos esforços conjuntos para promover esse debate com outros GTs da própria ABEP.

No encerramento da sessão de abertura **Frederico Luiz Barbosa de Melo** (coordenador do GT População e Trabalho) agradeceu a oportunidade de colaborar, mesmo que de forma tímida, com o seminário e destacou a importância de eventos como este que promovem a integração de temas e trabalhos desenvolvidos pelo GT de Gênero e de Trabalho da ABEP. Expressou sua expectativa de que novas inter-relações sejam estabelecidas entre estes dois grupos nos próximos eventos da ABEP.

Mesa Redonda 1 – "Intersecções entre a demografia e outros campos disciplinares através da perspectiva de gênero"

Ementa: Analisar os avanços no debate teórico sobre gênero em trabalhos internacionais e nacionais. Refletir sobre as articulações entre a produção de conhecimento sobre gênero em outras áreas do saber e na demografia. Discutir a centralidade do enfoque de gênero nos estudos demográficos, como, por exemplo, nos estudos sobre fecundidade, mercado de trabalho e migrações.

A coordenadora da mesa, **Sandra Garcia** (CEBRAP), abriu as exposições da primeira mesa destacando a comemoração dos 18 anos do GT de Gênero, ressaltando que a proposta do evento constitui uma oportunidade não apenas para comemorar o que foi feito até o momento em termos de publicações, pesquisas e eventos, mas para refletir sobre os desafios futuros. Após uma breve apresentação das integrantes da mesa, a coordenadora passou a palavra para a primeira expositora.

Maria Coleta de Oliveira (NEPO/UNICAMP) chamou sua exposição de Gênero e Demografia: De onde estamos para onde vamos. Iniciou sua fala declarando a proposta de refletir como o conceito, a categoria ou a perspectiva do gênero tem sido incorporada e seus impactos para os estudos demográficos. Contudo, antes de chegar a esse ponto considera a necessidade de trazer para o debate os antecedentes dos estudos de gênero, que foram iniciados com o movimento feminista dos anos 60/70, nos países desenvolvidos, tornando *mulher* uma categoria relevante para o entendimento e a crítica da vida social. Com isso o movimento feminista chamou atenção para a condição de subordinação das mulheres, apontando para as relações de poder que não estão presentes apenas no âmbito do Estado, do público, mas também no mundo privado, enfatizando que o pessoal é também político. Ao fazer essa discussão coloca em evidência a forma como a categoria sexo, variando no tempo histórico e no local, determina tipos diferenciados de acessos a oportunidades sociais e pessoais que influenciam a condição de vida das pessoas. A influência dessa perspectiva feminista fundamentou os estudos de mulheres dando visibilidade à atuação das mulheres na vida social. Ressalta o papel importante da História e da Antropologia na difusão desses estudos que foram ampliados posteriormente para outras áreas de conhecimento. Maria Coleta destaca ainda três pontos dessa produção.

A tensão entre a natureza e cultura nas discussões sobre as diferenças entre o que é ideologia e construção social das diferenças (papéis sociais, condições na sociedade) e o

que é biológico ou diferenças morfológicas é um primeiro ponto a ser destacado nessa produção. É esse debate que leva para as primeiras formulações do conceito de gênero, primeiramente a partir da noção de sistemas de sexo e gênero, que em uma explicação mais simplificada, em referência as elaborações de Gayle Rubin, remete aos arranjos pelo quais a sexualidade biológica é transformada em produto construído culturalmente, satisfazendo necessidades sociais.

Um segundo ponto que emerge dos estudos de mulheres diz respeito à idéia da construção da identidade da pessoa, para si e para os outros, onde se abrigam expectativas, justificativas e normatizações sobre o desempenho social dos indivíduos. Essa construção se dá a partir das trocas culturais e que são constantemente reelaborados ao longo do tempo histórico.

Como terceiro ponto Maria Coleta aponta para a pluralidade de orientações teóricas que desde o início alimentaram a formulação do conceito de gênero. Dentre as várias vertentes existentes a expositora identifica e chama atenção para dois tipos de formulações: uma de inspiração culturalista e a outra marxista. Nas formulações de inspiração culturalista a reprodução, tendo por foco a capacidade reprodutiva das mulheres, aparece como universal e calcada na natureza, sendo esse o ponto central da subordinação feminina, na medida em que socialmente os homens exerceriam seu poder controlando a sexualidade da mulher, através do tabu da virgindade e do casamento. Uma das contribuições dessa vertente são os estudos que trabalham com o conceito de patriarcado. As “formulações marxistas” tendem a ver o gênero como uma classificação hierárquica, onde a dominação masculina se dá não apenas pelo controle da sexualidade feminina, mas também dos grupos domésticos. Trazem em suas elaborações as articulações entre modos de produção e reprodução, com maior valorização da produção. As críticas à família a partir dessas formulações têm por foco a divisão sexual do trabalho, representado pelo modelo hierárquico e complementar do homem provedor e a mulher cuidadora.

Maria Coleta destacou que as questões ganharam novos rumos a partir das formulações de Joan Scott que procurou centrar o conceito de gênero na dimensão do poder, mostrando que o gênero acarreta os significados socialmente atribuídos às diferenças sexuais e que essas não são unívocas, permanentes ou sem conflitos. As idéias de Joan Scott se aproximam de alguma maneira às vertentes pós-estruturalistas que privilegiam o estudo

dos significados. Mas é a partir de Scott que o conceito de gênero se generaliza enquanto construção social das diferenças sexuais.

Na Demografia o trabalho de Susan Watkins foi o primeiro a chamar atenção de uma maneira crítica para a visão que o campo demográfico traz sobre as mulheres, apontando para a predominância da dimensão da reprodução e da fecundidade. Ainda nos anos 90, Maria Coleta destaca o balanço realizado por Mason, que recupera outros autores que refletiram a respeito das relações entre a condição de vida das mulheres e as principais transformações demográficas e discorre também sobre as dificuldades de incorporação da perspectiva de gênero na Demografia, em função do seu viés positivista, da predominância de análises agregadas das mudanças demográficas e do caráter complexo dos sistemas de sexo/gênero nas várias esferas sociais. Essa autora ainda aponta para metodologias que permitam captar informações e criar indicadores sobre autonomia e empoderamento das mulheres. Maria Coleta destaca também os trabalhos de Presser e Pinnelli como parte desse esforço de reflexão entre aspectos demográficos e a perspectiva feminista e de gênero. Nos anos 2000, a expositora destaca Greene e sua reflexão crítica de que os estudos de gênero na demografia se detêm na reprodução da mulher, excluindo e negligenciando a participação dos homens neste processo, os quais quando aparecem é de forma depreciativa e negativa.

Maria Coleta avalia que teoricamente as discussões sobre a segunda transição demográfica ganharam destaque, mas não incorporam ou deixam à margem perspectivas que discorrem sobre os sistemas de sexo/gênero nas transformações dos valores e das práticas de homens e mulheres. Pouco se assimila nessa discussão mais ampla a questão dos constrangimentos sociais que igualmente tomam parte na forma como as transformações operadas na fecundidade, no mundo do trabalho e na vida doméstico familiar. Mais recentemente a principal crítica produzida no refinamento do conceito de gênero se dá através dos pós-estruturalistas onde se destacam os estudos de Judith Butler que aponta para o caráter performático do gênero, que não se apóia no corpo, criando um impasse para o tratamento da reprodução. Uma conceituação de difícil assimilação para os estudos demográficos onde a categoria sexo é um elemento básico nas análises comparativas sobre os diferenciais entre homens e mulheres nas mais variadas esferas da

vida social. E assim ficamos com a pergunta: Como a demografia pode se livrar dessa visão binária?

Nara Margareth Silva Azevedo (COC/ FIOCRUZ) iniciou sua fala situando sua área de conhecimento – História da Ciência – e o tipo de contribuição que poderia dar para o debate proposto. A expositora optou por apresentar os resultados de pesquisas que seu grupo tem desenvolvido no campo dos estudos de gênero. Enfatiza que o gênero constitui um problema bastante complexo no campo das ciências, seja no que se refere à constituição e práticas das instituições científicas à própria produção do conhecimento científico. Considera que é uma tarefa difícil trabalhar com a questão das relações de gênero nas ciências em parte porque no Brasil, a História da Ciência é um campo relativamente novo que se institucionalizou como campo de estudo nos últimos 20 anos e que têm buscando compreender como se dá a constituição do campo científico no país. Um campo marcado por uma variedade de linhas teóricas e de modelos, onde não se observa unicamente uma prática de modelos e teorias internacionais copiados, mas igualmente uma grande capacidade criativa de gerar modelos próprios. Nara destacou que suas preocupações se voltam para a área biomédica, relacionada à própria instituição ao qual pertence e avalia que há pouco espaço nos estudos contemporâneos na história da ciência para abordar o tema proposto pela mesa, há trabalhos isolados e isso se reflete em um grande silêncio sobre a mulher no campo das ciências. Acredita que os estudos que vêm desenvolvendo é praticamente uma História das Mulheres na ciência, para dar visibilidade às mulheres pesquisadoras, um trabalho que precisa ser feito. Esses trabalhos envolvem o resgate das mulheres que foram destaque em seu tempo.

No caso específico do projeto desenvolvido pelo grupo de Nara, o ponto de partida foi dado pela literatura existente sobre a presença das mulheres na universidade brasileira a partir dos anos 70 que tem como destaque a constatação da enorme desigualdade na composição por sexo em vários níveis da instituição superior e de inserção no mercado de trabalho e, também, a observação de uma crescente entrada de mulheres nesses espaços ao longo desses 40 anos. Um dos questionamentos da pesquisa se refere a idéia de que a reforma do ensino seria o maior motivador ou elemento de explicação dessa massiva entrada de mulheres nas universidades. Era preciso entender de forma mais ampla o que

levou ao aumento do interesse das mulheres pelos cursos universitários e as carreiras a eles relacionadas. Nara menciona as biografias de mulheres que se destacaram no campo científico brasileiro e avalia que mesmo consideradas brilhantes e competentes, a influência delas no campo acadêmico-institucional seria reduzida.

A expositora cita o trabalho de Susan Bessie, “Modernizando a desigualdade”, que traz a tese de que o processo de modernização brasileiro não resultou num avanço para superar as diferenças de gênero, mesmo com todo o investimento e abertura na escolarização e no mercado de trabalho. Na verdade teria reforçado as desigualdades, na medida em que a modernização burguesa no Brasil teria apenas mascarado a dominação masculina. Nara discorre que a pesquisa desenvolvida não se apóia nessa idéia, trabalhando com a hipótese que os efeitos do processo de modernização da sociedade brasileira não foram ilusórios e que eles de fato abriram espaços para a transformação das relações de gênero, principalmente quanto à participação na esfera pública, com suas contradições e ambigüidades. Para refletir sobre esse cenário mais geral das transformações institucionais a pesquisa adotou como marco temporal o período logo após a Segunda Grande Guerra, na medida em que é um período onde há uma reformulação profunda da profissionalização da carreira científica no Brasil, onde se observa a expansão das instituições de ensino e a criação do CNPq. Esse conjunto de mudanças no campo científico levou ao questionamento se esses eventos teriam mudado de alguma forma a paisagem predominantemente masculina dos laboratórios científicos brasileiros. Três instituições cariocas, de destaque no campo científico, foram analisadas (Oswaldo Cruz, Museu Nacional e Instituto de Biofísica) tendo em mente essa perspectiva. Um ponto interessante da pesquisa foi a identificação das áreas científicas em que as mulheres começaram a aparecer e na avaliação de como certas características institucionais ajudaram a promover a inserção das mulheres nos cursos universitários. Nara enfatiza principalmente o interesse nesse ultimo aspecto e destaca a dificuldade de encontrar fontes, pois faltam registros e arquivos sobre a vida pública e a história de trabalho das mulheres nessas instituições. A própria memória institucional é prejudicada pela falta de informações sistematizadas. Uma alternativa utilizada para contornar essa dificuldade foi a realização de entrevistas com essas mulheres e a partir daí recuperar suas trajetórias nessas instituições.

Entre as conclusões destacadas pela expositora está a escolarização das mulheres a partir da década de 30, que constitui um evento central, principalmente no que envolve o acesso aos cursos superiores, mas onde não se detecta uma relação de causalidade com o ingresso feminino nas áreas da pesquisa científica. A criação de novas faculdades resultou em novos cursos de ciências que se tornaram alternativas profissionais para as mulheres de classe média urbanas. Nara chama atenção também para o fato de que vários dos professores das faculdades de filosofia davam aulas em escolas secundárias o que, de certa forma, teria auxiliado no recrutamento das mulheres para as faculdades e laboratórios científicos. As mulheres pesquisadas apresentam algumas características comuns como longa carreira profissional, tendo iniciado normalmente com um estágio (muitas vezes incentivados por seus professores), nem sempre remunerado e posteriormente incorporadas nas instituições por meio de concursos públicos, com treinamentos (até mesmo pós-graduação que não era uma prática comum). Em todos os casos, as entrevistadas conseguiram compatibilizar a carreira com a vida pessoal e familiar, nesse ponto Nara observa que na trajetória dessas mulheres a fase de casamento e constituição familiar se dá conjuntamente ou muito próximo do momento em que alcançam postos de prestígio dentro da instituição em que trabalhavam. Isso pode ser entendido como um cálculo racional dos investimentos realizados por essas mulheres com relação a suas carreiras profissionais.

Nara finalizou que ainda é um grande desafio à carreira de mulheres em laboratórios científicos no Brasil. E que a História da Ciência é um campo ainda a ser melhor explorado, pois pode trazer grandes reflexões e discussões para se entender as relações de gênero.

Maria Andréa Loyola (UERJ) destaca que em sua fala abordará o gênero, de maneira mais genérica, considerando como as relações entre os sexos que abrigam aspectos biológicos, institucionais e sociais, sem entrar nas especificidades conceituais colocadas anteriormente na exposição de Maria Coleta. Para Maria Andréa o tema proposto para discussão é complexo e exige um conhecimento extensivo do que se tem produzido sobre o tema nas diversas áreas em que o conceito de gênero tem sido utilizado. A proposta da expositora foi colocar para o debate um pouco de sua experiência enquanto pesquisadora nos três campos em que atua: Ciências Sociais, Saúde Coletiva e Demografia.

A expositora destaca que seu primeiro contato com a Demografia veio no início dos anos de 1970 a partir do convite feito por Elza Berquó para participar de uma pesquisa

nacional que tinha como preocupação avaliar os diferenciais de fecundidade no país. Um estudo multidisciplinar que lhe mostrou as possibilidades e os enriquecimentos que se pode alcançar quando se aliam várias áreas de conhecimento em um projeto com um plano metodológico bem construído. Um projeto que diferente da visão predominante da época, que enfatizava a dimensão econômica, buscou recuperar outras dimensões como os valores, as representações, entre outros aspectos simbólicos para pensar o comportamento reprodutivo. Essa experiência mudou sua visão sobre as relações entre os sexos, permitiu-lhe ver a importância da sexualidade, do casamento, da inserção da mulher no mercado de trabalho e outros aspectos para o comportamento reprodutivo das mulheres e para a reprodução social.

Maria Andréa considera que muito embora as diferenças entre os sexos sempre tenha sido tratadas pela Demografia, ela era abordada apenas como mais uma variável, a introdução do termo gênero e a compreensão analítica dessas diferenças é algo muito recente. Como já mencionado, o conceito de gênero esteve ligado inicialmente aos movimentos feministas e só posteriormente, nos anos 70 e 80, foi sendo incorporado às universidades para se tornar uma área de estudo acadêmico. No Brasil, os estudos focalizavam prioritariamente as mulheres em trabalhos pioneiros como os de Saffioti e Muraro. Em função das temáticas próprias da Demografia, as relações entre homens e mulheres eram abordadas sob uma outra perspectiva que não abarcava os aspectos culturais e simbólicos. Esse tipo de conotação surge somente nos anos 90, com uma forte influência americana através dos financiamentos concedidos pelas fundações Ford e Macarthur que permitiram a expansão de estudos que adotavam a perspectiva de gênero nas áreas das Ciências Sociais, Saúde Coletiva e Demografia. Várias ONGs foram criadas nesse contexto assim como vários cursos de pós-graduação nas áreas mencionadas possuem linhas que contemplam a temática de gênero. Essa expansão pode ser constatada inclusive pelo fato de que as associações ligadas a essas áreas (ABEP, ANPOCS e ABRASCO) também possuem GTs de gênero. A expositora coloca seu questionamento sobre como essa expansão tem contribuído de fato para alterar as relações desiguais entre os sexos na nossa sociedade e no desenvolvimento teórico, conceitual e metodológico dos estudos de gênero. Maria Andréa avalia que essa expansão deu maior visibilidade à questão de gênero, influenciando pequenas mudanças nas visões e nas formas como são tratadas as diferenças entre os sexos por parte

das pessoas e de algumas instituições da saúde, a escola, a mídia e vários setores do poder público. O grande problema para a expositora na dificuldade encontrada para a compreensão das relações entre os sexos está na forma como alguns estudos têm assumido o gênero como pressuposto na medida em que deveria ser objeto de reflexão e também em um certo uso indevido do termo e das metodologias (sejam quantitativas ou qualitativas) decorrente de uma má construção do objeto de estudo. Um dos pontos problemáticos está no reducionismo que se faz do gênero, atribuindo unicamente a ele a origem e/ou explicação de contextos sociais complexos onde outros elementos deveriam ser considerados.

Outro ponto que destaca é a complexidade pelas quais se dão as relações de gênero que tornaria difícil a sua mensuração dentro do modo como se opera a produção científica de cunho quantitativo nas três áreas mencionadas. Para a expositora há uma crescente superficialidade e despolitização do trabalho científico. Mais um aspecto problemático diz respeito ao caráter construtivista do gênero. Maria Andréa ressalta que o fato de que haja consenso de que o gênero é construído socialmente, isso não exime os pesquisadores de apontar e demonstrar a forma e os contextos como é construído e os elementos que compõem essa construção. Um conceito criado como analítico passa a ser explicativo, empobrecendo a capacidade crítica dos estudos que também abandonaram outras categorias como classe. O processo de autonomização do gênero, da biologia, da reprodução, da política, obscurecendo os vínculos entre eles e outras dimensões do social, pode levar a transformação do gênero em uma mera variável como sexo. A expositora defende que gênero é algo muito complexo e é muito difícil se desvincular dessas variações e de suas múltiplas nuances que remetem a relações de poder. Gênero não explica tudo. A associação que se perpetua entre estudos de gênero com estudos sobre a mulher e feminismos, de alguma maneira tem produzido trabalhos enviesados, inclusive quando o foco de análise são os homens. Os aspectos das relações entre os sexos que nos interessam acabam sendo pouco explorados.

As trocas entre as áreas de conhecimento, aqui no caso, Demografia e Ciências Sociais como outras experiências já evidenciaram, podem ser frutíferas para a melhor compreensão da realidade social, sem cair nos reducionismos seja do gênero ou das fórmulas e modelos estatísticos comuns nos estudos mais atuais. O enfrentamento crítico

dessas questões pode nos ajudar a devolver ao gênero sua complexidade, principalmente política.

Debatedora: **Sônia Correa** (ABIA) destaca o fato de Maria Andréa ter compartilhado de sua trajetória intelectual para a discussão do tema, lembrando que isso tem sido uma marca importante de pesquisadores feministas, situando o lugar de onde falam em suas análises e observações. A questão do reducionismo trazida pela fala de Maria Andréa veio de encontro com alguns pontos que a debatedora previamente havia pensado para a discussão, suscitada por sua leitura de um artigo do Marcelo Gleiser a respeito de uma conferência proferida por um ganhador do Nobel de Química, na universidade de Dartmouth. Um dos pontos desta conferência se refere ao apelo à simplificação que vem das formulações da Física e que isso não deveria ser o parâmetro para todas as ciências, pois a complexidade também é capaz de gerar modelos. Isso pode ser pensado para o desafio que constitui para a Demografia a incorporação do conceito de gênero em seus estudos, onde está presente a constante tendência ao reducionismo. Mas essa tensão e tendência de reducionismo também devem ser refletidas no que diz respeito aos usos que se tem feito da categoria gênero, conforme colocado Maria Andréa. Outro ponto destacado da exposição de Maria Andréa é a recuperação da trajetória dos estudos e do debate de gênero no Brasil que contrapõe e complementa a trajetória internacional desse debate trazido pela exposição de Coleta que de alguma forma nos ajudaria a refletir sobre as diferenças e os pontos de conexão dessas duas trajetórias. Um balanço necessário para pensarmos sobre os avanços e desafios desse campo. Um terceiro aspecto da fala de Maria Andréa que a debatedora ressalta refere-se ao empobrecimento da categoria gênero pelo seu uso indiscriminado e sem um aprofundamento teórico, o que de alguma forma se reflete na maneira como gênero ainda é tratado em muitos estudos como sinônimo de mulher. O desafio da interseccionalidade também é apresentado na fala da última expositora, temos que continuar buscando a compreensão das inteseções que há entre gênero, classe, raça, geração, entendendo que não se trata de somatória de partes, essas novas teóricas de gênero trazidas na exposição de Coleta indicam caminhos que podem nos fazer avançar nessa discussão. Além dos usos inapropriados da categoria gênero, a utilização de patriarcado também persiste a despeito de toda a crítica que já feita.

Voltando-se para a apresentação de Nara, a debatedora ressalta como ponto forte da pesquisa descrita pela expositora a forma como tenta se pontuar os contextos institucionais, nos seus mais variados aspectos, que circundam a inserção das mulheres no campo científico. A debatedora apresenta seu questionamento que não se dirige apenas à expositora, mas como uma reflexão geral, sobre as motivações e as pré-figurações de inserção das mulheres nas áreas científicas, que é algo que pouco sabemos. Seria interessante também saber sobre a percepção dos outros, daqueles que conviveram com essas mulheres, a forma como percebem a atuação delas nesses espaços. Dessa forma passaria de um estudo sobre mulheres e ciência para gênero e ciência, da forma como lembrou Coleta, gênero é sempre contextual e relacional.

Esses aspectos além da pluralidade das correntes e a complexidade do sistema sexo e gênero são características do conceito de gênero colocadas por Coleta e que precisam ser reforçadas aqui. Além das áreas mencionadas por Coleta na origem das discussões teóricas do gênero, a debatedora aponta também a importante contribuição da Filosofia. Um outro ponto destacado por Sônia se refere à crítica ao dualismo entre natureza e cultura e que com as pós-estruturalistas esse questionamento diz respeito tanto à naturalização das coisas, quanto a desnaturalização. Essas novas vertentes teóricas colocam questionamentos para todas as ciências, como a demografia, que trabalham com e estabelecem classificações. Todo esse debate transcende a academia, porque ela tem implicações no campo político para o entendimento geral do que é humano ou reconhecido como pessoa. A debatedora aponta que diante das exposições percebe-se que velhos e novos desafios no diálogo entre Gênero e População estão colocados. Continuamos lidando com as velhas desigualdades internas, que vem de dentro do grupo, onde alguns avanços podem ser percebidos, mas ainda insuficientes e com certas limitações metodológicas e conceituais. Ao mesmo tempo a demografia tem sido desafiada a pensar o que está fora do dualismo com o qual opera.

Principais pontos do debate

- A idéia de constrangimentos de gênero aparece mais recentemente nos debates sobre a fecundidade abaixo do nível de reposição com McDonald que entende que o sistema de gênero não é consistente e apresenta pontos de divergências nas relações entre indivíduos, famílias, instituições. A restrição da fecundidade é um conflito entre questões

voltadas para o indivíduo (inserção escolar e no mercado de trabalho e envolve tanto homens quanto mulheres) e para a família (cuidados dos filhos e da família e envolve somente as mulheres), que tem causado muita pressão e constrangimentos para as mulheres em sua difícil tarefa de conciliação entre família e trabalho.

- Uma alternativa para lidar com os possíveis reducionismos ou exclusões provocadas pelas classificações é voltar para a experiência da Antropologia e a utilização das nomeações e categorias nativas. Mesmo assim elas continuam a ser um desafio para as áreas que realizam análises agregadas como a Demografia porque a redução é um elemento que está sempre presente. O exemplo da auto declaração de raça e etnia nos levantamentos é visto por uma certa linha de conhecimento como algo que expressa o sentimento de pertencimento social do indivíduo, mas por ser volátil, um conceito móvel fica difícil seu tratamento nos modelos de análises empreendidos para os grandes números.

- Elementos externos, não institucionais, constituem importantes fontes de motivação para a inserção das mulheres no campo científico. Entre elas destaca-se o apoio paterno ao trabalho das mulheres. Mas isso poderia ser generalizado para as mulheres que se inserem no mercado de trabalho, que necessariamente não explica satisfatoriamente porque para o campo científico. A mudança de percepção dos homens com relação a entrada e permanência das mulheres nos laboratórios é algo observado, na medida que são eles mesmo que contratam essas mulheres. Mas ainda é uma questão a melhor se aprofundada.

- Não se nega a enorme contribuição feminista, mas o que se observa é que a associação comumente feita entre gênero e mulher e não na relação entre os sexos o que acaba por empobrecer a categoria gênero e o debate crítico que quer suscitar. A interdisciplinaridade não é algo difícil, o problema a forma como temos que conduzi-la dentro do sistema de produção do conhecimento vigente atualmente, onde os tempos e recursos para a concretização das pesquisas são escassos. Com obrigatoriedade de produção de um número X de artigos, inclusive as próprias teses onde não há mais articulação entre capítulos e sim artigos independentes. E isso influencia no processo de reflexão crítica, de elaboração metodológica dos trabalhos.

Mesa Redonda 2 – "Considerações sobre gênero nos indicadores sociodemográficos"

Ementa: Discorrer sobre o uso de indicadores sociodemográficos, suas possibilidades e limites para mensurar iniquidades de gênero, como, por exemplo, no campo do trabalho, da saúde, da educação e da participação política.

A coordenadora da mesa **Suzana Cavenaghi** (ENCE) deu início aos trabalhos chamando atenção para os desafios apontados pelas discussões da mesa anterior na operacionalização do conceito de gênero na Demografia. Após apresentar as integrantes da mesa passou a palavra para a primeira expositora.

Hildete Pereira de Melo (UFF) iniciou sua fala retomando a questão da disseminação do rótulo gênero mais do que de fato o entendimento do que seja o conceito. Isso se reflete no campo das estatísticas, por exemplo, em tabelas onde o termo sexo é substituído por gênero. Diante da discussão da mesa anterior a expositora reforça a idéia de que não se pode separar o conceito de gênero dos feminismos, pois o desenvolvimento desse conceito assim como sua inteseção com o de classe se forja na trajetória dos movimentos de mulheres e feministas, destacadamente americanos. Podemos observar hoje a assimilação ou interesse por algumas idéias vindas das feministas, mesmo diante de todo o preconceito que ainda existe com relação ao feminismo. Os movimentos feministas têm acumulado vitórias e derrotas na sociedade brasileira e latino-americana, mesmo que o arcabouço teórico utilizado não tenha sido criado a partir das nossas raízes culturais, mas produziu uma geração de mulheres que se posicionou como agentes políticos e trouxe para a academia novos questionamentos sobre a vida social. Hildete cita o trabalho de Saffioti como o pioneiro na reflexão trazida e iniciada por essa geração em nosso país. A expositora coloca que essa geração estava intimamente influenciada pelas idéias de Beauvoir e Freedman e pela luta das feministas em torno de duas questões: o direito ao aborto e o combate à violência contra a mulher.

A expositora chama atenção que nesse percurso ainda sente falta de um melhor diálogo entre o movimento social e a academia. A cobrança dos movimentos sociais com

relação a isso se intensificou diante das oportunidades e ações voltadas para a criação de políticas feministas.

Para Hildete o grande desafio está na articulação política e prática das questões vindas dos feminismos, da reflexão teórica de gênero e da produção de indicadores capazes de mensurar essas realidades. Ou seja, implementar políticas de gênero que sejam realmente eficazes e que tenham formas efetivas de avaliação, principalmente no que tange a transversalidade. Uma das dificuldades está no tratamento do gênero como uma simples variável, tornando-o sinônimo de sexo. Isso resulta em uma abordagem equivocada do gênero, retirando seu conteúdo reflexivo. A expositora coloca que sua área de atuação, a Economia, também é atingida por esse tipo de “popularização” do gênero, com poucos avanços na discussão de algumas temáticas importantes como o trabalho reprodutivo.

A Economia não responde a questionamentos do tipo: Por que os trabalhos familiares e domésticos são sempre atribuídos às mulheres? A desconsideração da reprodução como tema de estudo, se dá a partir de pressuposições naturalizadas do trabalho reprodutivo, que seria motivado pelas relações afetivas estabelecidas pelas mulheres. Nas ciências econômicas, a aceitação do trabalho reprodutivo como um tema científico exige um certo esforço de convencimento por parte dos pesquisadores da área. A expositora menciona como exemplo o parecer que recebeu para a publicação de um artigo sobre o tema em um periódico da área. Para ser integralmente aprovado seria necessário alterar a introdução do artigo sob a alegação de que o conteúdo era “muito feminista”. Ou seja, tinha caráter panfletário e não científico. Gênero tem aparecido em alguns trabalhos de economistas sobre o mercado de trabalho, como um rótulo que se popularizou sem qualquer reflexão teórica sobre seu significado.

Para finalizar Hildete fala sobre a computação do trabalho doméstico não remunerado no PIB. Aponta primeiramente a constatação a partir das séries da PNAD de que houve uma queda do número de horas trabalhadas por mulheres nos serviços domésticos, mas pouco foi acompanhado pelo aumento da dedicação dos homens. Essa questão tem feito parte das discussões de vários grupos que tem chamado atenção para a importância do trabalho doméstico para a dinâmica produtiva e que por isso é necessário contabilizar o seu peso no PIB.

Clara Araújo (UERJ) discorre que sua contribuição para o debate será pensar como algumas dessas discussões se situam na sociologia e mais propriamente ao tema proposto para a mesa discutir a geração de indicadores para medir a participação política das mulheres. A expositora pondera que um primeiro ganho é que hoje podemos observar uma produção razoável de teoria social que considera, que introduz o conceito de gênero a partir de um outro status. Há o reconhecimento de que o gênero não se trata apenas de uma clivagem, mas como algo que estrutura as relações sociais. Os estudos comparativos ou a perspectiva comparativa foram fundamentais para esse entendimento ao darem visibilidade ao gênero e as reflexões críticas suscitadas pelo conceito. Se por um lado reconhecemos que nos estudos comparativos com grandes dados agregados há perdas de certas especificidades, por outro é inegável seu auxílio para a observação de recorrências de gênero ou de desigualdades de sexo, permitindo pensar mudanças geracionais referentes aos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos de diferentes grupos sociais e de sociedades distintas. Assim como a comparação de uma variedade de indicadores sociais como a escolaridade, por exemplo. É claro que temos que pensar o peso e a historicidade por trás de certas variáveis - educação, raça, entre outras - que variam conforme os países. Mas constituem fontes importantes e que nos leva a pensar sobre como indicadores de gênero contribuiriam para explicar a própria desigualdade da sociedade.

Para Clara, há dois bons estudos sociológicos que refletem a desigualdade da própria sociedade e não somente a desigualdade de gênero: um deles é o livro de Therborn (*Sexo e Poder*) e o outro de Castells (*O poder da identidade*). Neles se discute como sexo, gênero e patriarcado explicam a própria configuração da sociedade. Um ponto a ser colocado na nossa reflexão é que após anos de feminismos partimos atualmente de uma posição diferente, de um novo status para os nossos questionamentos. O avanço alcançado é o que nos permite hoje questionar se estamos falando de gênero ou de sexo para explicar as desigualdades da sociedade. A expositora reconhece que a associação entre sexo e gênero existe e que realmente estamos falando mais sobre sexo do que gênero. Estamos falando de sexo nos indicadores e fica a questão de como lidarmos com o empobrecimento que sabemos que essa variável acarreta. Por outro lado, ao se agregar e dar dimensão à desigualdade, dando ênfase a sua condição de uma desigualdade que é construída pelas percepções, valores e práticas, estamos nos referido ao gênero que estrutura, que informa,

que sustenta essas desigualdades, que são corporificadas e sintetizadas basicamente na diferenças entre homens e mulheres. Então é preciso reconhecer que quando se fala de homens e mulheres nos indicadores, o que estamos nos referindo é ao sexo e não ao gênero. O gênero se constitui uma categoria de análise, mas visualmente a desigualdade é percebida pela diferença entre homens e mulheres.

Um segundo ponto ressaltado pela expositora diz respeito à questão cada vez mais destacada para a atenção ou consideração da diversidade. De que não se está falando apenas de mulher, mas sim de mulheres, e conseqüentemente variados recortes de classe, de raça, religião, cultura e daí não estamos falando apenas de gênero e sexo, mas de outras categorias que envolvem a diversidade da própria sociedade contemporânea. As relações sociais na contemporaneidade são delineadas e pautadas por processos de integração, interações, tensões e conflitos numa dinâmica mais global e que isso nos possibilita avançar em termos de estudos comparados. Mas o paradoxo é que os estudos comparativos exigem um nível de agregação onde justamente essas diversidades, que discutimos teoricamente e que damos ênfase, são perdidas. Clara considera que temos esse desafio de encontrar alternativas que permitam a junção da necessidade de estudos globais, comparativos, mas sem perder as especificidades e diversidades dos grupos.

Os indicadores sociais são importantes para dar visibilidade às igualdades e desigualdades de gênero como igualdades e desigualdades da própria sociedade. Mas o que os indicadores revelam só é possível através das agregações, o que nos remete novamente às tensões mencionadas anteriormente. Podemos identificar avanços na elaboração de variáveis e de indicadores que exprimem desigualdades existentes, mas do ponto de vista público, das dinâmicas da esfera pública. Nas relações de trabalho e de poder em geral. Isso é reflexo da lógica das esferas separadas: público e privado, onde o privado é tratado como inexistente na conformação da esfera pública e das igualdades e desigualdades sociais. O nosso esforço dever ser o de dar visibilidade às questões privadas e suas articulações com o público, é importante revigorar os debates sobre os cuidados, o bem estar social e o resgate dos indicadores de trabalho reprodutivo e do mundo privado. Pois estes indicadores são de extrema importância para a compreensão das relações sociais. E assim discutir como o público e o privado se inter-relacionam.

Para finalizar, Clara aponta que a Ciência Política, das relações de poder, tem sido uma área difícil para a incorporação da reflexão do gênero. Os indicadores que abordam a participação política priorizam aspectos institucionais e raramente se voltam para pensar as relações entre poder e participação política associadas à características da vida privada como conjugalidade e fecundidade, por exemplo. O que dificulta uma compreensão aprofundada da participação política das mulheres e impossibilitam romper com vertentes explicativas que sempre atribuem a ausência da mulher no campo político e do poder como apatia e falta de interesse pela vida pública. Desenvolver bons indicadores que tragam esses aspectos talvez seja mais um dos desafios que precisamos enfrentar.

Antes de passar a palavra para a terceira integrante da mesa, Suzana Cavenaghi fez alguns comentários à respeito da produção de indicadores de usos do tempo com pesquisas do IBGE. Destaca que considera positivo que se tenha avançado na elaboração de indicadores de usos do tempo, mas chama atenção, por exemplo, que a declaração do tempo gasto com atividades dentro e fora do domicílio pode variar conforme a pessoa que responde as perguntas. Esse é um controle que precisa ser feito. Além disso, propõe pensar em alternativas que sejam mais adequadas do que PNADs e Censo para trabalhar indicadores de usos do tempo.

Ana Lúcia Sabóia (IBGE) – inicia sua fala com uma frase de uma demógrafa francesa que inspirou sua reflexão e os aspectos que resolveu trazer para o debate: “O sexo é uma variável essencial para a Demografia e o gênero é uma variável essencial para compreender a Demografia”. Sua exposição se baseará em dois pontos: o primeiro é sobre as pesquisas do IBGE e como elas têm incorporado as questões de gênero e o segundo é a colocação de alguns questionamento referentes à estatísticas de gênero. que são as estatísticas de gênero?

A expositora começa pontuando algumas dificuldades encontradas nas pesquisas amostrais e censitárias do IBGE. A primeira delas refere-se ao levantamento de dados sobre a organização das famílias (relação de parentesco – apenas 4 categorias e critério de escolha da pessoa de referência). Destaca a questão da declaração de pessoa de referência onde o aumento da chefia feminina, em especial entre aquelas com cônjuge ou companheiro, tem despertado atenção dos pesquisadores. Uma questão que seria melhor compreendida se soubéssemos o porquê aquela pessoa foi identificada como sendo a de referência. A

segunda dificuldade diz respeito à investigação de questões específicas como os afazeres domésticos e que Suzana destacou a questão sobre quem fornece a informação. Na PNAD desde 2007 temos a possibilidade de identificar a pessoa que respondeu o questionário. Isso também vai ser possível no Censo 2010.

Entre os antecedentes desse processo de incorporação das preocupações de gênero nas pesquisas do IBGE, Ana Sabóia destaca a II CONFEST onde teve a oportunidade de comandar uma mesa sobre captação de informações sobre a família e no qual Coleta e Suzana estavam presentes. Considera que essa experiência teve importância fundamental para discutir internamente com os técnicos do IBGE alternativas e sugestões de quesitos para os questionários. Um dos resultados desse esforço reflexivo e de trocas foi um texto de discussão produzido por Ana Sabóia e Rosa sobre as alternativas de investigação sobre a família. E aproveita para reafirmar que a produção de estatísticas de gênero e questões relacionadas à família estão na pauta do IBGE.

Através da apresentação de um quadro, a expositora mostrou como, por exemplo, a captação do parentesco foi se tornando mais limitada, até ser reduzida nas PNADs mais recentes a apenas 4 categorias. Em 2010, o Censo permitirá uma exploração maior da composição do domicílio e das relações entre seus membros, com 19 categorias, inclusive a declaração da chefia compartilhada. O quesito que identificava famílias conviventes deixará de existir, e uma *proxy* pode ser obtida através da identificação da presença da mãe no domicílio. Uma tentativa de recuperar a razão para a escolha da pessoa de referência foi feita nos pilotos do Censo, mas não foi incorporada no questionário final.

Alguns avanços também podem ser destacados sobre o tema de usos do tempo que tem uma forte ligação com a questão de gênero. A PNAD foi à campo com uma subamostra de 10.000 domicílios para captar usos do tempo com atividades de afazeres domésticos, cuidados e trabalho dentro do domicílio. Outro avanço foi a criação do Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo com membros do IBGE, IPEA, OIT. Ana Sabóia ressaltou a necessidade de criar demandas para esse comitê. Também destacou o manual produzido pela UNECE para estatísticas de gênero, que o IBGE também tem participado das discussões.

Ana Sabóia acredita que uma questão fundamental para que se continue avançando nesses pontos que ela destacou é a interação entre os produtores de dados, formuladores de

políticas e estudiosos do tema. Os trabalhos somente funcionam se houver uma relação próxima entre estes atores. Destacou ainda outros tópicos relevantes ainda para serem colocados em discussão como empregadores, poder decisório, violência de gênero, empoderamento e outros. Por fim questionou: como fazer acontecer as estatísticas de gênero? Entre as várias sugestões que coloca estão a elaboração de planos de ação e a formação de um grupo comprometido com o tema e com propostas para um novo paradigma nas estatísticas oriundas de pesquisas domiciliares que contemplem a perspectiva de gênero.

Debatedora: **Moema Guedes** (UCAM/RJ) discorreu sobre a proposta da mesa em discutir a produção de indicadores remetendo a importância que eles adquirem na forma como dão visibilidade para as iniquidades de gênero e na sua repercussão política. A complexidade da temática foi evidenciada pelas exposições assim como as várias perspectivas de enfrentamento das dificuldades encontradas tanto na elaboração quanto na interpretação desse tipo de indicador.

Antes de tecer seus comentários sobre as apresentações, a debatedora destacou alguns pontos importantes para a reflexão sobre indicadores sociais. Lembra que o status científico dos indicadores é algo relativamente recente e se fortalece enquanto um instrumento de acompanhamento das transformações sociais e também como forma de mensurar o impacto de políticas sociais. Na avaliação das transformações nas famílias e nas relações entre homens e mulheres, a participação feminina no mercado de trabalho desponta como um tema central nos anos 70 e 80 gerando uma produção sistemática de indicadores, taxas e outros tipos de estatísticas. Mais recentemente apesar de continuar um tema importante, não apresenta a mesma centralidade, entrando em cena outras preocupações e temáticas. Os primeiros estudos contemplavam uma perspectiva feminista de que a inserção das mulheres no mercado de trabalho era um elemento significativo para a promoção da autonomia feminina.

Voltando-se para a fala das expositoras, Moema chama atenção para a existência entre mulheres de gerações mais jovens de uma certa rejeição ou resistência a ser identificadas como feministas. O que de certa forma reforça a reflexão feita por Hildete de que a palavra feminismo ainda está cercada por preconceitos e imagens estereotipadas. No que se refere a exposição de Clara, a debatedora aponta como pontos importantes a idéia

dos pesos diferenciados que as variáveis assumem em cada cultura e cada tempo histórico; e a forma como as diferenças são expressas através do sexo, mas que são explicadas por dimensões que remetem ao gênero. O que leva a questionar se a perspectiva de gênero vem ocupando um espaço crescente no debate sobre indicadores, principalmente na mensuração do trabalho reprodutivo e nas articulações entre produção e reprodução. A mensuração da participação política das mulheres é algo recente e particularmente importante de ser avaliada diante de todo um conjunto de outras transformações ocorridas na vida das mulheres em termos de educação e participação no mercado de trabalho. Da exposição de Ana Sabóia, Moema destaca o caráter positivo de várias mudanças e investimentos realizados pelo IBGE no sentido de incorporar as discussões e as problemáticas de gênero. Reafirmou sua concordância com a importância da interação entre produtores de dados e pesquisadores, em uma colaboração ampla para discutir elaboração de questionário, tipo de informações, temáticas de interesse, uma aproximação que também é desejada e incentivada pela ABEP. Um outro ponto destacado pela debatedora é a idéia de que não basta apenas saber como estão homens e mulheres, mas compreender as relações entre eles. O que nos remete também para a idéia de que o entendimento de um indicador só pode ser aprofundado se avaliado em conjunto com outros. Há de se considerar igualmente o caráter mutável dos indicadores, onde em um determinado momento alguns podem adquirir mais relevância do que outros, dependendo das questões que se colocam, dos atores envolvidos e das informações disponíveis. Discordando de Hildete, Moema considera que os indicadores não descrevem apenas a realidade social, eles também constroem a realidade e a visão que as pessoas têm sobre determinado tema em função dos aspectos que são evidenciados.

A realização de estudos sobre os usos do tempo pelo IBGE representa um avanço para uma temática que é muito discutida, mas sem informações sistemáticas. É necessário fazer uma reflexão crítica sobre a validade dos indicadores, muitas vezes se fica atento aos patamares sem avaliar se o indicador de fato mensura aqui que se propõe mensurar.

Principais pontos do debate:

- A retirada do quesito que recupera a existência das famílias conviventes se deu por motivos operacionais. Era considerado um quesito de difícil aplicação no campo. A

alternativa que será utilizada, segundo a expectativa e cálculos dos técnicos do IBGE permitira recuperar mais de 70% dos casos de famílias conviventes.

- A questão da participação institucional adquiriu relevância nos estudos motivada pelo momento histórico de redemocratização da sociedade, de reorganização do campo político. Então é por essa via que vão as principais reflexões sobre a participação política. Alia-se a isso o fato da grande dificuldade de conduzir estudos probabilísticos e surveys no país, pois os recursos financeiros disponíveis são reduzidos. No caso dos estudos sobre a participação política das mulheres, a nossa principal fonte tem sido o TSE, mas limitados pelas informações e critérios de coletas de dados estabelecidos por eles e que em grande parte não correspondem ou não respondem as questões que gostariam de responder.

- A visão estereotipada do feminismo permanece e faz com que mesmo as mulheres que defendem e concordam com idéias e posições oriundas dos movimentos feministas, não se identificam como sendo feministas.

Mesa Redonda 3 - "O enfrentamento das iniquidades de gênero nas políticas públicas"

Ementa: A mesa buscará avaliar o impacto de políticas públicas para a promoção da equidade de gênero, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família, o Programa de Saúde da Família (PSF) e a Lei Maria da Penha.

A coordenadora **Maria do Carmo Fonseca** (CEDEPLAR/UFMG) apresentou os integrantes da mesa e deu início passando a palavra para a primeira expositora.

Lena Lavinias (IE/ UFRJ) iniciou sua apresentação a partir do questionamento feito por Carminha se no Brasil temos políticas de gênero ou políticas voltadas para as mulheres. Toda a política é uma forma de intervenção sobre a realidade social. Há um debate amplo sobre que tipo de política seria mais eficaz para reduzir as iniquidades de gênero onde se observa uma certa preferência por aquelas voltadas para as mulheres do que políticas universais. Muito rapidamente a expositora fala que políticas voltadas para a família e mulheres especificamente é alvo de várias críticas e coloca seu argumento de que se estamos falando de políticas de gênero no sentido de intervir para modificar uma dinâmica hierárquica, assimétrica, visando a ampliação da autonomia feminina, nem sempre uma

política focalizada na mulher é a melhor alternativa. Para tratar disso, a expositora trouxe dois temas para colocar em discussão: o combate à pobreza e as aposentadorias.

O rendimento proveniente do mercado de trabalho constitui a maior fonte de bem-estar dos indivíduos e das famílias e as desigualdades de gênero em grande medida estão relacionada às desigualdades operadas nesse campo. Pois a inserção precária e desigual no mercado tem prejudicado e empobrecido as mulheres. Uma coisa que se sabe bem hoje em dia é que o que mais contribui para a redução da pobreza nas famílias pobres é o trabalho feminino, por isso é importante saber se as mulheres estão conseguindo inserir no mercado de trabalho e exercer suas taxas de ocupação, se as políticas de conciliação trabalho família e mesmo aquelas relacionadas ao combate da desigualdade de gênero no mercado de trabalho estão funcionando adequadamente. A questão da inserção no mercado de trabalho para a promoção do bem-estar tem um peso fundamental, Lena aponta que nesse sentido, muitos estudiosos consideram essencial estar atento mais nas taxas de ocupação do que nas de desemprego. Pois quanto maior esta última significa mais gente que está trabalhando ou a procura de emprego e não inativa. Um outro ponto a ser destacado é relativo ao trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres. Embora as transferências de renda tenham aumentando muito o seu valor, aquilo que pode desmercantilizar uma série de serviços que podem auxiliar as mulheres na condução das atividades cotidianas, não avançou, inclusive caiu.

Mostrando alguns dados da PNAD, a expositora aponta que muitas pessoas saíram da condição de pobreza devido sua inserção no mercado de trabalho e conseqüente crescimento econômico. Além disso, as aposentadorias e pensões contribuem de forma significativa para retirar as pessoas da pobreza, sobretudo nas áreas rurais. Já as transferências de renda compensatória, apesar de contribuírem para a diminuição da pobreza, elas têm um efeito reduzido, principalmente na vida das mulheres. As transferências contribuíram muito para a queda constante da indigência, mas não tiram as pessoas da situação de pobreza. Elas somente diminuem a intensidade da pobreza. Para todas essas situações Lena chama atenção que é preciso analisar cuidadosamente a eficácia, a abrangência para entendermos de fato sobre o quê estamos medindo e falando.

Lena mostra que as mulheres conseguiram elevar sua taxa de atividade, reflexo de um conjunto de abertura de oportunidades. Contudo, entre os pobres houve uma redução da

taxa de atividade, pois aqueles que formam o núcleo duro da pobreza e indigência são aqueles mais vulneráveis, com menos oportunidades e meios para se inserir no mercado de trabalho. Entre os pobres pode-se observar um aumento da taxa de desocupação e entre as mulheres foi muito maior do que dos homens, ou seja, as mulheres mais pobres são aquelas que contam com menores dotações para sair da condição de pobreza, porque na maioria dos casos não estão cobertas por outros tipos de políticas que ampliariam suas possibilidades de entrar no mercado de trabalho. Assim para que as políticas de transferência de renda e seus impactos para a reduzir as iniquidades de gênero sejam eficazes são necessários refinamentos cada vez maiores com outras políticas para que elas melhorem suas dotações e consigam uma condição de bem-estar melhor.

A expositora realça o fato de que a política de focalização nada mais é do que uma forma de reduzir demanda, atrelada a critérios pré-definidos e cotas, que faz com que nem todos aqueles que estão dentro do perfil sejam de fato beneficiados. Trata-se de uma política difícil e custosa de ser implantada. O grande gasto das políticas do governo se dedicou muito mais às transferências de renda do que em outros serviços como saúde, educação e principalmente habitação. O que mostra que as dimensões de desmercantilização foram deixadas de lado, o que tem prejudicado diretamente as mulheres.

A política de aposentaria, que é universal, conseguiu se tornar uma política de equalização para as mulheres. No caso das áreas rurais, as mulheres depois de aposentadas passam a ter uma taxa de reposição da renda maior do que quando não estavam aposentadas, enquanto os homens chegam apenas a 66% da reposição do que recebiam. E nas cidades a situação também é similar. Isso mostra que uma política universal, que era para ter impactos iguais entre homens e mulheres, acabou por beneficiar muito mais as mulheres.

Mostrando dados de pesquisa realizada em Recife, a expositora discorre sobre um gráfico que traz outras dimensões das condições de vida dos pobres que estão no Cadastro Único. Uma das constatações é que a saúde, por ser universal, desponta como uma das melhores dimensões na caracterização das famílias pobres que estão do CAD1. As dimensões que revelam piores situações é inserção no mercado formal de trabalho, participação comunitária, proteção à criança e praticamente tudo que se refere ao trabalho.

Lena avalia que quando se consegue fazer a desmercantilização dos serviços acompanhada das transferências de rendas, se consegue melhorar as condições de vida das mulheres e as iniquidades de gênero, inclusive aquelas que são de difícil mensuração. Por outro lado, quando simplesmente se transfere dinheiro as famílias e espera-se que elas dêem conta de se inserir no mercado e suprir suas outras necessidades, não se avança na redução das desigualdades e nem mesmo na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Por fim Lena afirma que se necessita desmercantilizar uma série de serviços a fim de se melhorar a qualidade de vida das famílias. O país ao perder a oportunidade de fazer isso tem prejudicado a vida, principalmente, das mulheres.

Bila Sorj (IFCS/ UFRJ) trouxe para o debate algumas reflexões preliminares que tem feito sobre qual seria o regime de cuidados com a família que temos hoje no Brasil e quais seriam suas peculiaridades. É um tema importante porque a forma como a sociedade equaciona os cuidados com a família têm implicações muito significativas para a questão da desigualdade de gênero. Para a pesquisadora, todas as políticas públicas abarcam, de forma direta ou indiretamente, perspectivas e pressupostos de gênero ou ao menos uma idéia de família. Os cuidados com a família são fundamentais para o bem estar das famílias e pessoas, mas antes das feministas acadêmicas, o tema era totalmente desconsiderado nas análises de welfare, onde se privilegiavam as relações entre o estado, o mercado, a estratificação social e os direitos sociais. Na questão dos direitos sociais prevalecia a noção de desmercantilização que visava garantir uma qualidade de vida decente, mesmo para aqueles que não estavam no mercado de trabalho. Duas políticas refletem essa idéia: a aposentadoria e o seguro desemprego. A crítica feminista às formulações do welfare-state centra-se em três pontos.

O primeiro se refere a ausência das famílias. As famílias não entravam nas discussões sobre o que seria o bem estar ou nos próprios indicadores, um conceito concentrado basicamente na economia política. As políticas de welfare state estavam pautadas em uma visão de família com um homem provedor, que era para quem as políticas deveriam se voltar e a principal fonte para se saber sobre o bem-estar da família. Ou seja, se este homem estava bem coberto socialmente, por conseqüência sua família também. A avaliação sobre o nível de bem-estar alcançado por uma sociedade se dava a partir da avaliação feita sobre esse homem, adulto, chefe de família e provedor. Um segundo ponto

na crítica feminista discorre que do ponto de vista das mulheres, mais eficaz seria a preocupação com as políticas que incentivam a maior participação das mulheres no mercado de trabalho do que com aquelas voltadas para quem está fora do mercado de trabalho. O que se observa é que quando se inclui uma perspectiva de gênero, o foco passa a ser a avaliação dos elementos que promovem, que desestimulam, que facilitam e dificultam a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Há uma inversão no foco da avaliação das políticas públicas onde a inserção das mulheres no mercado de trabalho seria primordial para o bem-estar de uma sociedade. O terceiro ponto levantado pela crítica feminista se refere à negligência dos estudos clássicos quanto a oferta de serviços, além das aposentadorias e do seguro desemprego. Ignora-se o impacto de outros serviços no bem-estar e a discussão sobre os serviços disponíveis nas sociedades que poderiam compartilhar o peso dos cuidados exercidos pelas famílias, principalmente pelas mulheres, para o mercado ou para o Estado.

A partir dessas críticas os cuidados passaram a ter maior visibilidade nas discussões sobre as políticas públicas, por se entender que o equacionamento destes cuidados representa o cerne das igualdades de gênero. Assim os estudos feministas se debruçaram em análises sobre os padrões de cuidados que prevaleciam nas sociedades, identificando-se basicamente três tipos de regimes: o Social Democrata - com substitutos parciais dos cuidados; o Liberal – onde o mercado se destaca como um substituto parcial dos cuidados; e o Familiar - onde as famílias assumem toda a provisão dos cuidados. Mais recentemente alguns estudiosos têm apontado para o papel de prestadores de serviços exercidos por ONGs, entidades filantrópicas, etc, que também aparecem no fornecimento de serviços de cuidados. Bila lembra que a transferência para o Estado ou Mercado é sempre parcial, as famílias assumem na própria conformação, organização de sua vida cotidiana uma parcela desses cuidados que são distribuídos entre seus membros.

O enquadramento da realidade brasileira em algum desses regimes se mostra problemática. Se considerarmos que as famílias ainda são as principais responsáveis pelos cuidados e que temos profundas desigualdades sociais, fica difícil pensar num padrão único e homogêneo para todo o país. Bila acredita que essa enorme desigualdade social faz com que existam em nosso país regimes de cuidados com a família condicionados pela classe social, pela renda e isso deveria ser levado em conta nos estudos. Certamente algumas

tendências demográficas recentes nos aproximam de alguns países desenvolvidos (a composição sexual do mercado de trabalho e mudanças nas famílias), mas as diferenças ainda são bastante significativas destacando-se:

Em primeiro lugar está a estrutura do mercado de trabalho, cindido entre formalidade e informalidade, mas com grande presença de mulheres em atividades informais, significando que essas mulheres encontram-se excluídas da proteção de cuidados garantidos pela legislação trabalhista. Apesar de incipiente e proteger apenas a mãe nos primeiros momentos de vida dos filhos e não ter uma concepção de cuidados familiares que se prolongam durante o ciclo de vida familiar, sendo basicamente uma legislação natalista, são direitos que estão lá, mas que nem todas as mulheres têm acesso. Outro elemento a ser considerado refere-se aos diferenciais de renda que permitem o acesso ou a provisão de diferentes tipos de cuidados para a família. Nas classes médias em situações de melhor inserção das mulheres no mercado, há uma maior transferência dos cuidados familiares para o mercado, principalmente através do trabalho das empregadas domésticas. Como sabemos esse trabalho, regulamentado pelo mercado, apresenta indicadores ruins, num misto de informalidade, baixo rendimento e excedente de horas de trabalhada. Assim, as classes médias transferem parcialmente os cuidados da família para o mercado, através do trabalho das empregadas domésticas, equacionando suas desigualdades, mas ao mesmo tempo alimentando outras desigualdades sociais presentes na dinâmica do mercado de trabalho no qual as empregadas domésticas estão inseridas. Em terceiro lugar, e que não é algo específico do Brasil, que é a marcada divisão sexual do trabalho doméstico. Dados que temos através das PNADs mostram uma distribuição extremamente desproporcional das tarefas domésticas entre mulheres e homens, e que aparenta ser muito insensível a participação da mulher no mercado de trabalho. Bila cita um trabalho de Cristina Soares e Ana Sabóia sobre as tarefas domésticas que mostra uma certa inflexibilidade da especialização das mulheres nas tarefas domésticas em relação a sua participação no mercado de trabalho, mostrando até mesmo entre as gerações mais jovens persistentes hierarquias de gênero e de desigualdades. A divisão sexual do trabalho doméstico deve ser analisada assim como essa tão persistente desigualdade de participação das mulheres e dos homens que trabalham fora de casa na provisão dos cuidados familiares. A quarta peculiaridade é que é difícil definir quem é ou deve ser o principal provedor de cuidados: é

o estado, é o mercado, é a comunidade? Quando se analisa as instituições que atuam na área de família, não se vê mais as fronteiras. O caso das creches é um exemplo claro disso, onde se tem ONGs, famílias, financiamento do governo e de empresas em um só lugar de cuidado. Ou seja, há vários atores envolvidos no cuidado. Assim, não segue a literatura que define cuidadores isolados. Essas tipologias que temos dos países desenvolvidos devem ser melhor analisadas quando pensamos nossa realidade e talvez estabelecer novas tipologias que sejam mais adequadas para tratarmos os regimes de cuidados existentes em nossa sociedade.

Aparecida Fonseca Moraes (UFCS/UFRJ) trouxe para o debate alguns questionamentos suscitados pelas pesquisas que atualmente vêm desenvolvendo. Ressalta como uma questão mais geral que o combate da violência conjugal, de violência de gênero entra nas leis brasileiras e internacionalmente, pautadas por culturas locais e práticas informais que acionam valores de conjugalidade e de família, que são muito importantes para compreender as políticas públicas voltadas para essa questão. No âmbito do reconhecimento dos direitos, a posição das mulheres sofreu inúmeras intervenções das visões mais tradicionais sobre o papel social de homens e mulheres. Na construção da violência conjugal como crime vai ser associada a valores que colocam a mulher numa posição de responsável por retomar a harmonia familiar. Mas é preciso sempre destacar que o avanço das políticas de violência contra a mulher é impulsionado pelos movimentos e pelas agendas de ações feministas, que foi responsável por colocar em debate formas de prevenir, combater e punir a violência contra a mulher. Ressalta uma série de encontros e eventos importantes que foram palco dessas discussões. A penetração dos valores feministas na sociedade se dá entre tensões e desafios para se dar legitimidade a vida das mulheres, no sentido de reivindicar a emancipação, autonomia e o livre arbítrio das mulheres. E isso se torna o principal ponto de tensão na elaboração das políticas.

Apesar da criação das delegacias especiais e do seu poder de punir, várias pesquisas mostram que as mulheres tendem a procurar esses espaços como uma forma para negociar seus pactos conjugais, sem que isso signifique o fim da violência sofrida por elas. A implantação dos Jecrims é outro marco na trajetória das políticas contra a violência de gênero. Esses juizados foram criados com a finalidade de favorecer o acesso da população mais pobre aos aparatos judiciais e com forte orientação para realizar mediações. Esses

juizados alteram as rotinas das delegacias, ficando responsáveis pelos casos envolvendo menor poder ofensivo. Ao longo do funcionamento dos Jecrims chamou a atenção dos movimentos feministas o grande número de casos onde as vítimas eram mulheres e observando-se uma prática de despenalização dos crimes de violência conjugal, reduzindo sua gravidade e, conseqüentemente, as punições. As críticas ao funcionamento dos Jecrims impulsionaram a criação de um consórcio de instituições voltadas para elaborar uma proposta de lei para o tratamento mais adequado dos casos de violência conjugal, resultando na lei Maria da Penha. A expositora aponta que a Lei é defendida como um instrumento legal apropriado para a realidade brasileira, pois, diferente de outras legislações que pressupõem que grande parte da violência contra as mulheres é praticada por estranhos, leva em consideração a constatação de vários estudos que mostram que na verdade a grande maioria das pessoas envolvidas nessas situações possui vínculos afetivos e de intimidade. Além disso, essa lei promove uma crítica a forma como as questões de violência de gênero ou as de gênero em geral são conduzidas pelos aparatos jurídicos. A persistência de idéias como a da manutenção da harmonia familiar e da privacidade do âmbito doméstico resultou muitas vezes em violação dos direitos humanos das mulheres. Outro ponto nas argumentações favoráveis à lei é a garantia de suporte de várias ordens às vítimas de violência para que essas possam dar continuidade ao processo em colocar em risco sua integridade física ou moral.

Mas como a aplicação da lei envolve um contexto mais complexo de relações sociais e institucionais, a expositora considera relevante destacar alguns achados provenientes de suas pesquisas com delegacias especiais da mulher e comuns. Um dos resultados aponta que a compressão da violência conjugal assume ecos muitos diferentes dependendo do local de atuação dos profissionais. Mostrando que não há uma rede nacional que garanta uma unidade de consenso entre profissionais envolvidos do que seja a violência e a forma de proceder no atendimento desses casos. Destaca que os policiais geralmente atribuem aos profissionais que atendem nos centros especiais uma visão excessivamente feminista, política, no tratamento dos casos de violência conjugal.

Ao mesmo tempo, foi detectado um conteúdo comum nos discursos dos policiais pertencentes a essas delegacias de que a violência conjugal é na maioria das vezes vista como um problema social, da esfera privada e familiar do que de fato um crime. O que

revelou a idéia de que o poder policial seria pouco efetivo no combate da violência conjugal, já que sua solução viria da esfera privada.

E por fim, Aparecida destaca que muitas tensões e expectativas cercavam as mulheres que procuravam as delegacias, vendo o registro da ocorrência como um evento que tem como objetivo restituir a solidariedade e interação familiar. Uma percepção que nem sempre condiz com a resposta dada pela força policial. O fato que a expositora chama atenção é o notável esforço que estas mulheres fazem de tentar conciliar seus direitos individuais, resistir e não aceitar a viver em uma situação de violência, e suas preocupações com a família.

Aparecida aponta que talvez o maior desafio a ser enfrentado com relação a Lei Maria da Pena, seja a pauta diversificada que essas alternativas locais e manobras feitas pelas mulheres colocam para os movimentos voltados ao combate da violência de gênero.

Debatedor: **José Eustáquio Alves Diniz** (ENCE/ IBGE) destaca que uma das grandes preocupações que tem mobilizado pesquisadores e gestores, e que fica claro pelo conteúdo das falas apresentas nessa mesa, é de como promover políticas públicas eficazes e efetivas diante de uma sociedade que é marcada por uma extrema desigualdade social. Políticas focalizadas têm suas limitações e conseqüências. Ao priorizar um determinado grupo a solução pode ser paliativa e ainda ter como efeito a reiteração de outras desigualdades, como trazido pela fala de Lena. A situação do mercado de trabalho fornece muitos elementos para pensar sobre as desigualdades de gênero. Eustáquio destaca as mesas anteriores que ressaltaram a necessidade das mulheres, consideradas socialmente como principais cuidadoras da família, de conciliar casa/trabalho o que acaba por fazer com que a entrada da mulher no mercado de trabalho à princípio já seja desigual e que se acumula com a desigualdade na distribuição dos cuidados com a família. Nesse sentido o estado precisa intervir com políticas que assegurem os direitos universais para amenizar estas desigualdades. Políticas que articulem Estado, Mercado e Família são importantes, principalmente para as famílias pobres. Esses contextos de desvantagens e desigualdades podem se tornar ainda mais complexos para as mulheres que lidam ou vivenciam situações de violência conjugal, quando consideramos o que Cida nos trouxe aqui sobre a persistência de uma visão que coloca a mulher como a principal responsável por manter a integração familiar. São múltiplos os enfrentamentos que as mulheres tem que articular o que reforça o

desafio em pensar políticas que dêem melhores condições para que elas consigam de fato enfrentá-los.

Pontos principais do debate:

- Não estamos aproveitando essa fase de crescimento para pautar questões importantes para mudar o estado das coisas, principalmente no que se refere aos investimentos públicos. O caso da habitação é um exemplo disso. O provimento de serviços tem se mostrado muito mais eficaz para alterar desigualdades do que a transferência de renda focalizada. [Gravação parou]

Mesa- redonda 4 – "Diferenciais entre mulheres e homens no mercado de trabalho: o que permanece e o que há de novo"

Ementa: Discutir as transformações nas condições desiguais de mulheres e homens na produção econômica. Identificar e analisar a persistência de "velhos" diferenciais entre os gêneros no que diz respeito à atividade econômica, assim como a emergência de "novos" diferenciais e sinais de convergência, considerando a posição na família, a idade e a escolaridade.

A coordenadora **Glaucia Marcondes** (CRH/UFBA) apresentou os integrantes da mesa e passou a palavra para a primeira expositora.

Ana Maria Hermeto (CEDEPLAR/UFMG) inicia sua exposição ressaltando que sua fala será diferente das exposições anteriores por estar centrada na apresentação de evidências empíricas, numa perspectiva mais demográfica, de análise das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Sua proposta é destacar as possibilidades e as limitações para a discussão de algumas dimensões relativas ao tema gênero e mercado de trabalho, num diálogo entre Sociologia, Economia e Demografia. A discussão que propõe para a mesa é influenciada pela linha de pesquisa em que atua e que visa avançar nas reflexões sobre a inserção ocupacional no país.

Um primeiro aspecto a ser observado se refere a inserção profissional das mulheres tendo em vista os avanços educacionais e como isso se reflete na inserção no mercado de trabalho. A expositora lembra que esses avanços são em termos de médias educacionais e

não de campos ocupacionais, onde as mudanças têm acontecido de forma muito lenta. O interesse se volta para compreender como essas melhorias educacionais perpetuam ou amenizam a segregação ocupacional e a mobilidade ocupacional, para diferentes gerações, padrões familiares, etc.

A partir da construção de pseudo painéis com as séries da PNAD pode-se acompanhar as coortes ao longo do tempo. Ana Maria coloca que um dos pressuposto desse tipo de análise é que toda uma coorte tende a acompanhar um certo padrão de inserção ocupacional, e esse padrão é influenciado pelo ponto inicial dessa inserção. Dessa forma, a questão central que se coloca para o estudo é saber como esse padrão de inserção inicial se conforma em momentos de crise ou expansão da economia para os diferentes grupos sociais e sexos. Outra dimensão de análise que a linha de pesquisa desenvolve é o que na literatura se denomina miss match que aborda os contextos onde o tipo de inserção no mercado de trabalho não corresponde ao tipo de qualificação educacional que homens e mulheres possuem, o que pode se refletir em menores rendimentos. Os tipos de ocupações exercidas por homens e mulheres e como isso tem se modificado ao longo do tempo e das gerações também é uma questão explorada e que tem mostrado resultados que apontam para uma certa perpetuação da segregação sexual das ocupações, mas com uma pequena redução nas diferenças de rendimentos. A inserção ocupacional das mulheres de diferentes coortes que foram mães na adolescência também surge como uma questão de interesse na linha de pesquisa.

Os padrões de composição das famílias e a renda familiar também influenciam na inserção ocupacional das mulheres. Ana Maria questiona a idéia corrente de que as mulheres chefes de família estão sempre inseridas em contextos de maior precarização de trabalho, alguns de seus resultados não apontam para isso, mas ainda é uma questão que necessita de maiores estudos.

Entre os resultados encontrados a expositora destaca: há uma melhoria no hiato salarial, contudo a desigualdade entre homens e mulheres vem diminuindo na base da distribuição, ou seja, entre os mais pobres. Nas camadas mais ricas a ocorrência de “miss match” é mais elevada e o hiato salarial entre homens e mulheres maior. As mulheres mais jovens estão um pouco melhor do que aquelas em coortes mais velhas.

Contudo, é preciso fazer um melhor detalhamento das ocupações em que estão se inserido as mulheres para avaliar o ponto de convergência salarial. O tipo da ocupação é uma dimensão importante para entender as desigualdades salariais entre homens e mulheres e também para determinar o ponto de convergência salarial entre os sexos. Ana Maria discorre que houve um trabalho minucioso para construir tipologias de grupos ocupacionais compatibilizando as séries da PNAD. A exploração deste tipo de informação, suas possibilidades de análise é um caminho ainda a ser percorrido.

Em outro gráfico a expositora mostra a diminuição do hiato ocupacional, mas ressalta que o salário das mulheres é mais susceptível as características ocupacionais do que dos homens. As ocupações tecnológicas não apresentam diminuição do hiato, sendo o diferencial entre homens e mulheres mais elevado nas ocupações de níveis tecnológicos mais alto. Nos modelos o retorno da educação na inserção e mobilidade ocupacional é pequeno.

No caso do “miss match”, Ana Maria mostra que aumento de mulheres em postos de trabalhos onde não se exige seu nível de escolaridade foi maior nas coortes mais novas. A sobreescolarização é algo que atinge mais as mulheres do que os homens.

Para finalizar, chama atenção para a necessita de aprofundar a análise das coortes para se entender as desigualdades, com auxílio também de estudos qualitativos. Os estudos precisam também considerar mais aspectos sobre as estruturas das famílias e como isso influencia na inserção das mulheres e de seus membros no mercado de trabalho. Numa perspectiva geracional também faltam estudos que se debrucem sobre o trabalho dos idosos.

Frederico Luiz Barbosa de Melo (DIEESE e Centro Universitário UNA/BH) também apresenta um trabalho empírico que traz resultados que dialogam com as discussões e reflexões feitas nas mesas anteriores. Embora o título fale sobre trajetórias, como o intervalo de tempo analisado é curso, trata-se muito mais de transições ocupacionais de homens e mulheres jovens, em área metropolitanas do país.

A análise apresentada é sobre as transições entre os estratos ocupacionais e seus diferenciais por sexo para a faixa etária de 20 a 30 anos dentro da PME no período que vai de 2002-2007. Estar no mercado de trabalho é o referencial para a melhor situação e de inatividade a pior.

As tipologias ou perfis utilizados foram criados a partir da metodologia do GoM, ao todos foram 5 perfis, e as matrizes de transição pensadas de mês a mês, ou seja, em que posição estava no mês anterior e em que posição está no mês seguinte.

Segundo as características reunidas nos perfis eles foram denominados da seguinte maneira: Perfil 1 são os excluídos do trabalho; Perfil 2 aqueles em ocupações precárias; o Perfil misto 2 e 3 corresponderia aos vulneráveis no trabalho; Perfil misto 3 e 2 os esforçados no trabalho e o Perfil 3 seriam os jovens promissores.

Na composição desses perfis observa-se que há uma presença maior de mulheres no primeiro perfil e no último, ou seja, nas extremidades. No caso do último perfil, que estão inseridos em melhores condições, a proporção de homens e mulheres é a mesma. Nos perfis intermediários há uma maior concentração de homens.

Entre os resultados Frederico destacou que no Perfil 1 as mulheres transitam menos dos que os homens, mas a tendência é mais para a inatividade. No caso dos homens a transição é maior para a ocupação. As mulheres que compõem o Perfil 2 transitam mais, mas também apresentam a tendência de transitar mais para a inatividade do que os homens. No perfil que abrange as ocupações vulneráveis as diferenças entre homens e mulheres são poucas, mas assim como nos perfis anteriores a tendência de transição para a inatividade continua sendo maior para as mulheres. O último perfil – jovens promissores – a configuração de transição é idêntica entre homens e mulheres, mas esperaria que fosse melhor para as mulheres, por apresentarem níveis educacionais maiores do que os homens. Esse resultado demonstra em alguma medida o que Ana Maria expôs sobre o miss match.

Se olharmos essas transições passando do pior perfil para o melhor, observamos que há uma diminuição na diferença das transições de homens e mulheres, mas nos primeiros perfis a situação das mulheres é sempre o pior cenário: a transição tende para a inatividade.

As análises considerando as transições no período de 4 meses não mostraram diferenças, mas a tendência para a inatividade continua sendo mais feminina do que masculina no perfil 1 e 2.

No conjunto desses resultados há um outro elemento que ajuda a aprofundar na reflexão sobre a trajetória feminina de inserção profissional que é a posição na família. No pior perfil as mulheres estão associadas à posição de cônjuge e filhas, enquanto que no melhor perfil tanto para homens quanto mulheres predominam aqueles na posição de filhos.

Ou seja, podemos pensar que no melhor perfil há uma condição mais favorável para as mulheres poderem investir na sua inserção no mercado de trabalho.

Outras análises são necessárias para avaliar as possíveis desvantagens que estariam afetando as trajetórias ocupacionais femininas.

Letícia Bartholo de Oliveira e Silva (Secretaria Nacional de Renda de Cidadania / MDS) dá uma certa continuidade às discussões trazidas por Bila Sorj partindo do seguinte questionamento se estamos passando por um período janela de oportunidades demográficas que nos permitiria preparar para enfrentar o envelhecimento da população aumentando a arrecadação tributária e isso vinculado a inserção produtiva e a melhoria na formação das crianças porque não mobilizar as políticas para as famílias e mulheres para aproveitar essa janela de oportunidades. A questão é complexa porque a lógica econômica operante nem sempre credita um peso positivo para a integração das mulheres.

Letícia retoma brevemente alguns aspectos destacados pela Bila sobre a tipologia tríplice de Esping-Andersen e as críticas feministas que argumentavam sobre a importância da família nos regimes de bem-estar e também questionavam o caráter central atribuído ao nível de desmercantilização que não necessariamente se expressa em direitos ou cidadania para as mulheres. Houve a absorção dessas críticas nas revisões feitas pelo autor que passa a discutir idéias de familização e desfamilização nos regimes de bem-estar e os tipos de impactos sociais e iniquidades de gênero que implicam.

Nessa linha de reflexão, por exemplo, deixar a família como única responsável pelo provimento do bem-estar tem sido considerado um verdadeiro Calcanhar de Aquiles porque se associa a indicadores negativos como as mais baixas taxas de atividades de mulheres e maior pobreza entre os arranjos femininos monoparental, fecundidade em níveis ainda mais baixos. Por essa via os níveis de fecundidade muito abaixo do nível de reposição são encarados como uma disjunção dos níveis de equidade de gênero entre: instituições orientadas a família e instituições orientadas ao indivíduo. A trajetória das políticas tem sido muito mais favorável aos indivíduos do que às famílias.

O que nos remete a importância de observarmos as articulações entre mundo do trabalho e família, particularmente como as políticas estão desenhadas e sua acessibilidade.

Na categorização do quanto a família é responsabilizada por prover o bem-estar encontramos níveis que vão desde a total responsabilização ao total afrouxamento dessa

responsabilidade que é transferida para o mercado ou Estado. Entre os tipos de familização: familismo opcional, familismo explícito (somente serviços), familismo implícito (sem cuidado sem serviço) e desfamilismo.

As políticas existentes no país mostram grandes problemas – restrição de acesso, por exemplo - e acabam por reforçar muitas situações que contribuem para a não desfamilização: faltam creches, licença-maternidade e salário maternidade abrangem somente algumas categorias de mulheres. Letícia mostra alguns dados que demonstram o quanto o país está longe de prover serviços para afrouxar o peso das famílias, principalmente das mulheres, na responsabilidade com os cuidados de bem-estar. O bolsa-família aparece como uma política que promoveria mais a familização e com um forte viés na figura feminina. Até mesmo quando associadas às políticas complementares ao Bolsa-Família, a responsabilidade feminina, materna é reforçada. Há uma série de ambigüidades que precisam ser avaliadas e enfrentadas.

Debatedora: **Kátia C. M. Pirotta** (IS/SESSP) aponta que uma grande preocupação, trazida de alguma forma pelas várias falas do seminário, é a construção de uma agenda comum de pesquisa entre as áreas de trabalho e gênero. A debatedora retoma alguns aspectos dos antecedentes históricos relativos a cisão mundo privado/família e trabalho doméstico e público/trabalho. Uma cisão construída historicamente no processo de desenvolvimento capitalista, passando por diferentes momentos e transformações com impactos diversos sobre as mulheres e seu papel na família e sua atuação no mercado de trabalho. Historicamente a mão de obra feminina e infantil estiveram sempre associadas a inserção precária e vulnerável no mercado de trabalho. Ocupações de pouco prestígio, baixa remuneração e muitas vezes desenvolvidas em condições muito precárias. A ampliação da inserção da mulher no mercado de trabalho vem paralelamente com o aumento da educação em todos os níveis, principalmente com sua inserção em cursos superiores, principalmente em atividades tradicionalmente masculinas. Kátia discorre que vários temas sobre mercado de trabalho e mulheres já há tempos são abordados pelas pesquisas com indicadores importantes sobre taxa de participação, tempo gasto com trabalho doméstico e trabalho remunerado, diferenças salariais, segregação ocupacional. A condição de invisibilidade do trabalho doméstico também é abordada por esta agenda de pesquisa. Os impactos legislativos também têm sido uma temática explorada e que a mesa também trouxe algumas

considerações. Algumas questões estão em pauta como o enfrentamento do assédio sexual e moral no trabalho e as discriminações. Uma questão mais geral que gostaria de discutir é como o quadro de restrições destacadas influencia na inserção da mulher no mercado de trabalho e como a dinâmica econômica e legislativa reflete o tipo de participação da mulher no mundo do trabalho.

Pontos principais do debate:

- Ana Maria explica que a idéia de que a coorte “carrega” por toda a sua vida características do seu ponto inicial de inserção no mercado de trabalho refere-se ao fato de que determinados elementos da estrutura econômica e social influenciam as chances de mobilidade da coorte. Se a inserção da coorte aconteceu em fase de crise ou retração econômica, por exemplo, as chances de mobilidade ocupacionais são mais reduzidas do que para as coortes que entraram em momentos mais favoráveis econômica e socialmente.

- Os dados têm mostrado que as desigualdades ocupacionais nas coortes mais jovens estão diminuindo, isso tem sido avaliado, mas basicamente sugere que esteja havendo transformações num sentido de maior igualdade. Com exceção dos dados da área tecnológica que ainda merecem análises mais detalhadas.

- A menor desigualdade nas coortes mais jovens é uma novidade, mas ainda não sabemos que tipo de impactos elas terão. Mas de fato é algo que as pesquisas mais recentes tem ressaltado, mas não sabemos o quanto isso é uma tendência que se consolidará e de que forma.

SESSÃO TEMÁTICA – GENERO I

Coordenação: **Wilson R. B. Pirotta**

Gênero e sua utilidade teórica e política para pensar famílias e chefia feminina -
Márcia S. Macedo

Márcia apresenta um balanço da literatura feminista sobre a questão da chefia feminina. Para Márcia ser feminista não é um rotulo, mas uma identidade, um ideal. Seria impossível pensar gênero isoladamente, sem articulá-lo com outras dimensões como raça,

renda, família, cultura. A vida social não pode ser pensada a partir de categorias estanques, mas como algo que se intercrucza, se re-identifica. Por essa razão é preciso romper com as análises binárias, que considerem homens e mulheres como seres homogêneos e estagnados.

A família deve ser entendida como espaço de poder que pode ser construído e resignificado. Assim gênero constitui uma categoria essencial para se entender as famílias. O fenômeno da chefia feminina não é algo novo, mas sua ocorrência crescente nas camadas médias se coloca como uma nova questão a ser avaliada, na medida em que se observa que trata-se de um arranjo presente em todos os estratos sociais, aumentando assim sua visibilidade social. Falar de mulheres chefe de família é falar não apenas de estatísticas, mas de uma pluralidade que envolve este tipo de família e sua complexidade. Esse tipo de arranjo ainda é vinculado fortemente a imagens estereotipadas e lhe é atribuída uma condição maior de vulnerabilidade decorrente principalmente da falta de um homem provedor. De qualquer forma chama atenção o fato de que mais de 90% dos arranjos monoparentais são chefiados por mulher e tornam-se chefes de família porque são mães.

A associação negativa entre pobreza e mulheres chefes de família, aparece como consequência de uma quebra nas estruturas familiares e como se fossem reprodutoras da condição de pobreza e não consequência dela. Outros estigmas se sobrepõem como se as mulheres chefes fossem menos competentes para cuidar de sua família.

Márcia questiona o termo feminilização da pobreza preferindo pauperização das mulheres, muito embora considere que ambas são depreciativas.

Atravessando as fronteiras entre público e privado: relações de gênero no trabalho e na família. **Nathalie Reis Itaboraí**

Primeiramente foi colocada uma vasta revisão de literatura sobre o tema trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. Os estudos mostram que grande parte das mulheres tem um feminismo embutido em suas falas e comportamentos, substituindo a visão depreciativa dos movimentos feministas do passado. As mulheres têm conhecimento e reconhecimento que sua situação melhorou nas últimas décadas. Contudo ainda há uma grande percepção de que o trabalho dos homens é ganhar dinheiro e o da mulher seria cuidar da casa e filhos, com alguns diferenciais conforme a idade, nível de renda e escolaridade.

Gênero, família e meio ambiente: limites e perspectivas para o campo dos estudos de população. **Ricardo Ojima, Regiane L. de Carvalho**

A proposta do trabalho apresentado é uma tentativa de estabelecer um diálogo entre o GT de meio ambiente e o de gênero, tentando ampliar as abordagens combinadas dessas duas áreas de estudos. Ricardo considera que sua fala será mais uma provocação para colocar em debate o tema. A questão ambiental sempre esteve relacionada à mobilidade e a morbi-mortalidade, deixando de fora as possíveis articulações com fecundidade, gênero e família. E essa intersecção é cada vez mais necessária, pois, conforme se destacam na literatura o ritmo de crescimento dos gases de efeito estufa está muito mais relacionado com as variações no número de domicílios do que no crescimento populacional em geral. As mudanças nas relações de gênero, redução do tamanho médio dos domicílios (aumentos dos DINKs e unipessoais) e divórcios, tem contribuído para que o número de domicílios seja maior do que o crescimento populacional.

Há linhas de estudos que apontam que os domicílios menores tendem a consumir muito mais energia quando comparados aos domicílios com um número maior de integrantes, ou seja, os domicílios adotam perfis diferenciados de consumo conforme o número de integrantes e o tipo de relação existente entre eles, uma análise de gênero e família contribuiria para o avanço no tratamento desta temática.

Pontos principais da discussão

- Para muitas mulheres ser chefe de família é sinal de melhoria de vida e empoderamento, ou seja, ser chefe de família não é somente vista como algo negativo.

- Para muitas mulheres o fato de se tornar mãe dá status e a coloca com um lugar na sociedade, estando então esse fato ligado à algo positivo, principalmente para aquelas jovens sem perspectivas de vida.

- A questão não é culpar os arranjos familiares e suas características pela degradação ambiental, e sim avaliar impactos do consumo que existe em cada padrão de vida e família. A produção é algo mais fácil de mudar do que a questão do consumo, pois ninguém quer discutir os seus hábitos e reconhecer que também contribui para a degradação.

2ª SESSÃO TEMÁTICA – GÊNERO 2

Coordenação: Maria Salet F. Novellino

Violências baseadas em gênero contra mulheres numa área urbana da metrópole de Brasília, DF. **Leides B. A. Moura, Ana Maria Nogales Vasconcelos**

O trabalho teve por objetivo conhecer o contexto e as dinâmicas das violências praticadas por parceiros íntimos nos últimos 12 meses no decorrer da vida das mulheres de um bairro satélite do DF e ver como isso se dá no discurso das mulheres.

Leides chama atenção para a não separação entre ética e técnica de pesquisa as discussões e o respeito a dignidade e integridade destes sujeitos falantes (mulheres violentadas) que devem ser considerados não somente como objeto de estudo, mas principalmente como seres humanos que muitas vezes estão tendo pela primeira vez o direito de fala.

No estudo se observou que as mulheres sofrem atos violentos graves a moderados de forma freqüente. 31% das mulheres sofrem os três tipos de violência (sexual, psicológica e sexual). Existiram ainda comportamentos de controle da mulher, como, por exemplo, evitar encontrar amigos e parentes, são vigiadas durante todo tempo, muitas vezes sentiram que eram tratadas com indiferença, que os cônjuges duvidam de sua fidelidade e que muitas vezes elas também se sentiram traídas. Observou-se também uma certa freqüência de perfis de hipermasculinidade (homem não briga somente com mulher, mas com outros homens, pois tem que provar que é homem). Para finalizar, Leides fez a leitura de fragmentos das falas femininas de 30 mulheres, reunidas através de uma técnica específica que auxilia na maneira de construir textualmente a experiência comum de violência vivida por esse grupo.

Discutindo gênero e sexualidade: Tirando do Armário um Perfil de Família
Rafael C. Vasconcelos Barreto, José Eustáquio Diniz Alves

Rafael apresentou um balanço bibliográfico do tema que está desenvolvendo atualmente no mestrado. A idéia era trazer os estigmas que a homossexualidade vem carregando consigo ao longo do tempo que coloca esse assunto como doença, disfunção biológica. Alguns estudos têm tentando desvincular estes estigmas e segregações, mas pelo

emprego de certas categorias em muitos casos acabou por reforçar estigmas e preconceitos, como bichas e entendidos. Até a categoria de gay ser empregada com maior força política também. Apresentou alguns dados da contagem, que apesar de não abrangerem as grandes metrópoles, poderiam dar alguns indícios sobre a declaração das parcerias entre pessoas de mesmo sexo. O trabalho teve a intenção de colocar em debate a homossexualidade no campo da demografia e discutir as maneiras pelas quais realmente as pessoas possam retratar suas escolhas e opções sexuais.

Análise do programa pró-equidade de gênero - **Paula A. de Almeida**

Paula colocou que esse programa foi criado para incentivar ações que visam minimizar a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, inclusive nos postos mais elevados.

Verificou-se a partir do CENSO que nos cargos de gerencia e presidência há maior predominância de homens, e essa diferença aumenta de acordo com a idade e escolaridade.

Paula apresentou então o objetivo do programa Pró-equidade de gênero e como acontece a adesão das empresas. Um dos problemas é o caráter voluntário da entrada das empresas no programa, o que não significa a garantia de um comprometimento real da empresa para com o cumprimento das metas estabelecidas. Na tentativa de verificar como esses programas foram efetivados nas empresas, estudou-se o caso da empresa de Furnas. Até a entrada do programa na empresa, as estruturas e todo o trabalho da empresa não contemplava uma visão de gênero. A partir de sua adesão foram implementadas ações no plano individual dos funcionários como também na mudança da cultura organizacional. No plano de ação, a principal implementação foi a criação do grupo de gênero na empresa. Paula ainda mostrou alguns dados relativos aos diferenciais de sexo por cargos e escolaridade e discorreu sobre as dificuldades encontradas pelo grupo de gênero no trabalho desenvolvido dentro da empresa. A expositora ressaltou alguns pontos negativos e positivos do programa na empresa. E por fim mostrou que ainda não dá para medir os resultados do programa para a diminuição dos diferenciais de gênero. E que este somente será possível com estudos de longo prazo.

ENCERRAMENTO

- **José Marcos Pinto da Cunha:** o presidente da ABEP desejou que as discussões iniciadas no evento possam ser levadas também para o evento da ABEP, pois foram e serão de muita valia para os avanços dos conceitos e teoria na área.

- **Kátia Pirola:** Agradeceu a todos pela oportunidade e pela colaboração. O evento superou suas expectativas e espera que realmente as discussões realizadas dêem abertura para novos eventos e sejam estendidas no grupo e em outras oportunidades.

- **Moema Guedes:** Ressaltou o real desejo do grupo em avançar nas discussões e promover novas oportunidades para o debate do tema proposto e de outros que foram levantados ao longo do seminário.